

VOLUME III

1938 – Em nota oficiosa publicada nos jornais de 10 de Janeiro o Ministério da Guerra publica as reformas militares aprovadas em 31.12.1937, contemplando com maior justiça os vencimentos e respectivos descontos inerentes dos militares a prestar serviço no Continente, Ilhas Adjacentes ou Ultramar.

Alocução aos Legionários, no Ginásio do Liceu Camões, em 11 de Março:

... Nós não somos uma força destinada só a batalhar; nós somos uma força destinada a vencer e a manter intacta a vitória; e é por isso que em cada peito legionário, em cada bandeira em cada quartel ou acampamento há-de poder ler-se, gravada por vontade de aço, esta legenda simples: aqui não reside o temor. Vieira escreveu magistralmente: «a audácia é a metade da vitória e quem temeu ao inimigo já vai vencido». Eis onde eu veria um risco enorme; por isso, antes de apelar para o sentimento, não fujo, segundo a minha predilecção, a fazer apelo à inteligência, e desta solicito as razões de não temer.

... Como poderia pois haver medo, se não há razão para o temor? E como poderia o inimigo vencer-nos, se não temos medo dele? – eis porque desde princípio me pareceram inúteis estas palavras.

Legionários! Quem vive? – Portugal!

... O Portugal de nossos avós – de Afonso Henriques, de D. João I, do Infante de Sagres, dos Gamas, dos Albuquerque, de Camões; dos descobrimentos, da restauração; conquistador de reinos, fundador de impérios, pregoeiro e defensor nos outros continentes da civilização latina e da palavra de Cristo!

Legionários! Quem vive? – Portugal!

... O Portugal dos nossos pais, explorador de sertões, fundador de colónias a repetir-se e multiplicar-se pelo Mundo – pedaços da sua alma, da sua carne e do seu sangue – tirando dos reveses da fortuna, dos azares da sorte e até da desconsideração alheia a revolta e orgulho que nos transmitiu a nós!

Legionários! Quem vive? – Portugal!

... O Portugal de vossos filhos, redimido no sacrifício e na dor, nas privações, no trabalho, na angústia destes calamitosos tempos, mas salvo, honrado, belo, forte, engrandecido, como o divisamos já na aurora de amanhã!
(Discursos, volume 3º, pág. 15, 16, 21 e 22).

Discurso perante os dirigentes da União Nacional, quando da posse das novas comissões, em 22 de Março, na sede daquele organismo, transmitindo a ideia que será a educação política a garantia da continuidade revolucionária:

Reunimo-nos para dar posse e investir em suas novas funções aos membros da Comissão Executiva, da Junta Consultiva e da Comissão de propaganda. É o momento de fazer acerca da política e da governação pública deste País algumas considerações, umas indicadas pelo acto, outras exigidas pelas circunstâncias.

... Nada disto tem felizmente para nós, experimentados e prevenidos, consistência ou realidade, nem representa perigo que não possamos vencer: o Exército está no lugar que ocupa, desde o 28 de Maio, de garantia suprema de ordem revolucionária; a Guarda vigilante e pronta; as Polícias, apesar de competições lamentáveis que deveriam ter sido evitadas, continuam sem descanso e sem desânimo a cumprir o seu dever. Todos mais bem armados que em qualquer tempo, todos municiados como nunca, todos decididos como sempre. Além do que tínhamos passámos a dispor dos admiráveis voluntários da Legião e, quanto ao País, tendo conhecido por experiência os resultados de todas as aventuras, conhece também já por felicidade todos os aventureiros: comparando as promessas e as decepções passadas com as realidades presentes, a anarquia com a ordem, a decadência com o ressurgimento, aprecia os benefícios colhidos de uma obra, aliás ainda incompleta, antevê os resultados definitivos da única verdadeira revolução social e política a que assistiu e confia em que a transformação da mentalidade geral permita à Nação resolver duradouramente os seus problemas fundamentais. Só não compreende muito bem como em Portugal a ordem parece estar sempre em crise, quando efectivamente o não está.

A verdade porém é que politicamente tudo o que parece é, quer dizer, as mentiras, as ficções, os receios, mesmo injustificados, criam estados de espírito que são realidades políticas: sobre elas, com elas e contra elas se tem de governar.

... Deve em primeiro lugar atender-se a que a execução integral dos princípios da Revolução nacional suscita por si mesma grandes dificuldades: como é profunda, fere o egoísmo dos interesses criados; como tem de ser morosa, coíbe os ímpetos dos apressados e dos improvisadores; como é ampla e se estende desde os domínios do pensamento à produção e distribuição das riquezas, a todos atinge e a todos terá de descontentar.

... Por mais de uma vez estudiosos e escritores estrangeiros de renome mundial – o último, H. Massis – vêm a mim, entre tristes e desapontados. Analisando, comparando, observando de longe princípios e factos propósitos e realizações, a traça e a construção do nosso edifício político, o que tem sido delineado e o que está feito chegaram a interessar-se pelo caso português, sobretudo pelo facto de que a sua originalidade não traduz particularismo político, antes está ligado a alguma coisa de universal, porque humano, isto é, verdadeiro em toda a parte. E quando tomam contacto connosco, admiram-se de não ver partilhado o seu entusiasmo, choca-os o excesso das críticas e surpreende-os notarem preferências inexplicáveis por modelos estrangeiros.

... Pesa-nos a autoridade, atrofia-nos a disciplina, seduz-nos o hipercriticismo por motivos fúteis, parece-nos salutar entretenimento desgastar homens e destruir governos: tudo é ainda filho da desordem democrática, instalada sem se dar por isso nas inteligências e nas vontades.

... Nesta pequena faixa ocidental que a Europa se habituou a olhar com comiseração ou tédio, fizemos o prodígio de reconstruir a Nação na sua feição tradicional – missionária e civilizadora, cavaleiresca e espiritualista; muita vez tivemos de fazer ouvir no sínédrio dos grandes a palavra justa, sem poder ser discutida a nossa autoridade moral. E os factos demonstraram sempre que tínhamos razão.

Tínhamos razão ao alvitarmos modestamente que não se sujeitassem a fracassos sucessivos os estadistas que em conferências internacionais buscavam entendimentos e

remédios para a crise geral, quando mais fácil e eficaz seria mostrar cada um o seu espírito de colaboração remediando como pudesse as dificuldades próprias sem agravar as alheias. Tínhamos razão quando asseverámos não poder ser cometido maior erro que alinhar os povos por ideais de política interna, contrapondo-os depois, e fazer projectar nas relações internacionais as simpatias dos governantes pelos sistemas políticos. Tínhamos razão quando, chamando a atenção do mundo para a verdadeira índole da guerra de Espanha, procurámos mostrar à Europa quanto o seu equilíbrio poderia ser prejudicado com intervenção das potências e como a única solução razoável e feliz teria sido a rápida vitória nacionalista sem auxílios estrangeiros. Tínhamos razão quando, opondo-nos à entrada dos Sovietes em Genebra, pretendíamos preservar a Sociedade das Nações da infiltração comunista e salvar, senão no seu estatuto, ao menos na essência, para base de futuras construções, os princípios da igualdade dos Estados, do respeito pela sua independência, da sua colaboração amigável e da superioridade do direito que todos podem ter em relação à força de que só alguns dispõem. E tínhamos ainda razão quando em face da crise da moral internacional opinávamos ser um perigo confiar numa fraseologia sem sentido, quero dizer, sem força na consciência das nações, a resolução do que importava à paz e à vida de muitas delas.

... A minha tese de hoje é que se torna necessário intensificar a educação política do povo português para garantia da continuidade revolucionária, e que, se os princípios da Revolução nacional pela sua mesma elevação constituem fonte de dificuldades, também a missão educadora é simplificada por duas ordens de factos. A primeira é a obra realizada nos doze anos escassos decorridos desde o 28 de Maio; a segunda é que o povo português apreende por intuição notável o sentido profundo da transformação que se opera e tem por natureza ou educação secular o sentido de um destino nacional que nada tem a ver com a modéstia dos seus recursos e o baixo nível da sua instrução.

... À União Nacional, como único organismo político reconhecido, cabe desempenhar a missão que a traços largos desenhiei; e é inútil acrescentar que a nova comissão executiva tem para empreendê-la toda a minha confiança.

(Discursos, volume 3º, págs. 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37 e 38).

Nota oficiosa da Presidência do Conselho sobre a comemoração dos Centenários da Independência e da Restauração, publicada nos jornais de 27 de Março.

Referência ao caminho seguido por Portugal como nação secular, inalterável nas suas fronteiras, sempre atento às convulsões que pela Europa iam acontecendo mas sempre liberto de todas as perturbações, ainda que parte delas num espírito de não agressão.

É tempo de assinalar as Comemorações da Independência Nacional, que em 1939 e desde a proclamação de D. Afonso Henriques como rei, pela primeira vez, nos lembram os primeiros oitocentos anos da nossa História. No ano seguinte, em 1940, virão as Comemorações do Terceiro Centenário da Restauração. Nestas comemorações, Portugal fará questão em comungar com o Mundo a sua História, com relevo especial para o Brasil; neste sentido foi o momento de se criarem algumas condições que permitissem a quem nos visitasse poder fazê-lo de forma confortável em alternativa às nossas estradas, pelo caminho-de-ferro, por barco ou avião, e encontrarem um País organizado e acolhedor. Paralelamente promover o País culturalmente, iniciando obra que perpetuasse na mente de todos a imagem da grande Nação que é este pedaço de Terra Continental com suas Ilhas e Império Colonial, através do património arquitectónico, conferências e outros meios de divulgação.

Discurso na Assembleia Nacional, na sessão de encerramento da I Legislatura, em 28 de Abril, fazendo o balanço das realizações da política interna e externa:

Realiza hoje a Assembleia Nacional a última sessão ordinária da primeira Legislatura, e com ela finda, salvo o caso de alguma convocação extraordinária, a competência dos primeiros eleitos nos termos da Constituição de 1933. Para ser mais nítido o corte com o passado, mantive-me durante os quatro anos de vida desta Câmara sempre ausente, embora nunca desinteressado da sua actividade; mas ao findar este ciclo de trabalho, e em vésperas portanto de nova consulta eleitoral, não me sofreu o ânimo que não viesse vincar com a minha presença a solidariedade dos dois órgãos da soberania e congratular-me com a Câmara pelos resultados obtidos, ao mesmo tempo que agradeço – e sinceramente o faço – a sua patriótica e valiosa colaboração.

... A Câmara aprovou ontem sobre o relatório duma comissão especial (que por sua vez se baseou nos minuciosos estudos do Deputado Sr. Araújo Correia) as contas do Estado até 1936, e consagrou com o seu voto a administração pública, em oito anos e meio, por que sou directamente responsável. E a estas poderiam já ser acrescentadas as de 1937, acabadas de encerrar com saldo de 200 mil contos, tendo-se pago por conta das receitas ordinárias a quase totalidade daquelas despesas que, pelo facto de se referirem a grandes obras de fomento, se tinha previsto seriam custeadas por empréstimos.

Todos estes factos – ter contas actuais, dispor de saldos, fazer o julgamento da gerência logo que findas – são factos únicos no conjunto da nossa história e são já factos banais na história da nossa Revolução. Por eles se passa com indiferença, e isso me alegra, pois não há para mim maior prova de estar bem resolvido um problema do que não dar-se por ele.

... A Europa está bastante inquieta e um dos sinais do seu nervosismo é sem dúvida o ciúme que provocam manifestações correntes de boa amizade internacional e a necessidade de reafirmações sucessivas dos mesmos sentimentos, como se os tratados e os acordos não vivessem da confiança na palavra dos Estados mas se alimentassem como derriços de constantes declarações sentimentais. Nós não adoptamos porém essa forma de proceder, nem na verdade tenho nada a acrescentar ao que disse sobre a aliança inglesa em 6 de Julho do ano passado. Às mesmas necessidades e interesses correspondem os mesmos sentimentos e compromissos: daqui não se falta ao devido; e da parte da Inglaterra estou certo de que também não.

Em todo o caso não fujo a notar que nos últimos meses, por vezes em dias seguidos, jornais de esquerda em Inglaterra (é certo que de muito baixa cotação) agredem Portugal, convidam o Governo Britânico a rever, como quem diz a abandonar a aliança, sugerem-lhe se apodere para a sua segurança de territórios nossos, e parlamentares da oposição insistentemente o provocam a responder sobre a validade dos tratados e a sua aplicação às colónias, não certamente pelo gosto de ouvirem confirmar a plena validade de compromissos antigos.

Ora nós sempre considerámos por nossa parte a aliança como negócio de Estado e não fruto de simpatias de partido, e de que assim também tem sido do lado inglês temos as provas das declarações terminantes que a esse respeito foram feitas por membros da actual oposição quando no governo, com tal força se lhes impunha, juntamente com as responsabilidades dos interesses britânicos, a comunidade de interesses anglo-portugueses em que se funda a aliança.

Por esta razão, mencionando o facto para acusar-lhe a estranheza, não o tenho considerado como suficiente para causar-nos preocupações; antes o tenho atribuído à circunstância de começarem a aparecer no regime político inglês processos de combate que caracterizam desde o princípio as democracias continentais. Supondo porém que me engano neste juízo, mais acertada ainda se mostra a política que seguimos – valorizar-nos, de modo que a nossa amizade seja sempre querida e o nosso valimento em favor deste ou daquele nunca nos seja imposto ou declinado, se oferecido.

A situação do Império britânico no mundo, a situação de Portugal no Atlântico e em África são factores suficientes para nos imporem por tempo imprevisível a mesma colaboração de aliados; e por este motivo consideramos da maior importância para ambas as nações que o Governo inglês haja tomado a iniciativa de mandar a Portugal uma missão militar que há várias semanas estuda com os nossos técnicos problemas de interesse comum. Há muito tempo se fazia sentir a necessidade de mais estreitos contactos, de assídua troca de conhecimentos e informações e até de maiores precisões no que toca ao funcionamento da aliança. Estas particularmente são-nos úteis e somos obrigados a atribuir-lhes o maior interesse, pondo-as, se necessário, na base de quaisquer negociações, pois sem elas não seria nunca fácil definir em Portugal qualquer política militar. E mais não é preciso dizer para inferir a perfeita solidez, na actualidade, dos laços que desde séculos nos unem à Inglaterra, sem prejuízo das boas amizades que a outros nos prendem.

...Digamos agora alguma coisa de Espanha. «Nós desejamos tão amigáveis e cordiais relações com a Espanha, que desapareçam desse lado todas as desconfianças e preocupações. Não só no campo económico se podem desenvolver muito as relações entre Portugal e a Espanha, mas ainda no campo político parece não ter hoje aquela nação nenhum interesse contrário aos interesses portugueses, dado que a nossa plena independência, para a realização dos nossos destinos no mundo, tem de ser axioma fundamental da política espanhola. Nesta base temos o campo aberto para entendimentos mútuos».

(Discursos, volume 3º, pág. 61, 62, 65, 66, 79, 80, 81 e 82).

Palavras dirigidas à Mocidade Portuguesa, na Festa do Jockey Club, em 29 de Maio: Sou solicitado para dirigir duas palavras à Mocidade Portuguesa e, levando à letra o pedido, direi entre muitas possíveis as duas que, embora em aparente contraste com a beleza deste espectáculo e o sincero entusiasmo geral, traduzem a necessidade de progresso e a ânsia da perfeição: mais e melhor.

Mais: da capital à província, da cidade à aldeia e ao campo; mais dos milhares às dezenas, das dezenas às centenas de milhares, até à integração completa neste movimento da nossa mocidade.

Melhor: ainda melhor na cultura física, no cumprimento dos deveres, no amor da família, do trabalho e da terra, na consciência da utilidade e da responsabilidade pessoal, na disciplina e na devoção patriótica.

Mais e Melhor: mais até serem todos; melhor até serem um por Portugal.

(Discursos, volume 3º, pág. 89 e 90).

Discurso no banquete de confraternização de oficiais do Exército, realizado no Pavilhão de Festas do Parque Eduardo VII, em 29 de Maio (em comemoração do XII aniversário da Revolução Nacional):

Está pois o Exército com a Revolução; ocorre-me perguntar se a Revolução estará também com o Exército.

Como partido suposto beneficiário de actos do Governo, como classe que para si talhasse parte especial de interesses ou favores ou privilégios negados às outras, como indivíduos cuja influência militar se arvorasse pelo carácter do movimento em situação política, é visível não estar a Revolução com o Exército, cujos componentes em nada beneficiaram com ela; e não está, em nome dos mesmos princípios por ele adoptados e por exigência da mesma pureza de ideal que deve tê-lo inspirado na sua acção. No mais está com ele.

Está com ele quando o vê na sequência ininterrupta e na herança dos que por oito séculos formaram a Pátria, consolidaram as fronteiras, alargaram além-mar os domínios portugueses, reconquistaram a independência, fundaram impérios sobre impérios e cuja espada brilhou ao sol de todos os continentes.

Está com ele quando, no meio de interesse geral, considera a desolação da sua decadência, a sua tristeza por sentir-se incompreendido e julgado inútil, a sua revolta íntima, porque, exigindo-se-lhe a vida, não se havia posto em condições de ao menos vendê-la caro.

Está com ele na sua ânsia de renovação e de progresso, no desejo de uma formação técnica tão perfeita como aquela a que dão direito a inteligência e saber teórico dos melhores valores, na necessidade da reforma moral, na cultura das virtudes militares, na subordinação consciente e total – corpo e alma –, no inteiro sacrifício a essa realidade superior que é a vida da nossa gente e a história da nossa terra.

Está com ele – e falo agora em nome do que sei, do que vejo e do que quero como português e homem de governo que não precisa de um partido militar nem de uma guarda pretoriana – está a Revolução com o Exército quando o encontra no desenvolvimento lógico da sua política de engrandecimento da Nação, como necessidade premente e factor essencial.

... Deveria em agradecimento da vossa gentileza erguer a minha taça pelo Exército português de que sou neste momento o chefe; mas Alguém, acima de mim e de vós, representa mais perfeitamente o sentido de unidade superior que as minhas palavras pretendem traduzir: camarada vosso pelas armas, erguido por suas qualidades e virtudes à mais alta situação, bebamos pelo Chefe de Estado, Sr. General Carmona, fiador supremo da Revolução Nacional!

(Discursos, volume 3º, pág. 96, 97, 98 e 99).

Discurso proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para constituição da nova Assembleia, em 27 de Outubro:

Com dificuldade compreenderiam muitos que mantivesse absoluto silêncio em toda a campanha eleitoral. Não fugirei por isso a dizer algumas palavras, as menos possível, dado que nada saberia acrescentar de real à propaganda já feita.

A renovação da Assembleia Nacional, segundo o espírito da Constituição Política e o nosso sistema de eleição, tem essencialmente carácter plebiscitário: o acto eleitoral não se destina tanto à designação dos Deputados como ao reconhecimento solene das benemerências do regime político e à afirmação da confiança do País na realidade sempre fecunda dos princípios da Revolução Nacional.

É-me impossível fazer referência, ainda que em rapidíssima síntese, ao trabalho realizado desde o princípio e ao que esperamos realizar no futuro. Mas nos anos mais próximos, nós – como outros – vamos ser inteiramente dominados por duas grandes preocupações – a preocupação da paz e a preocupação da vida – quer dizer, problemas de política externa e defesa militar; problemas de produção e organização económica.

... Estaria talvez mais apropriado ao momento abstrair de todas as dificuldades e embalar os corações na esperança de glórias sem esforço ou de grandezas sem risco. Eu tenho, porém, habituado o povo português a enfrentar calma e resolutamente os problemas que afectam a sua vida colectiva, e não me tenho arrependido disso.

Se há obstáculos, dificuldades, perigos, melhor: a considerá-los e vencê-los se caldeia e fortalece a alma dos indivíduos e dos povos; nem podem meter-nos receio tarefas que apesar de tudo são menores do que as levadas a cabo por nossos avós. E nós somos ainda a mesma Nação, a mesma raça, o mesmo povo.

Pondo diante dos olhos as duas grandes preocupações dos tempos próximos – a preocupação da paz, a preocupação da vida – foi meu intento deixar do mesmo passo indicados os pólos para que há-de fatalmente tender a cada momento a nossa principal acção. E apenas temos de habituar-nos à ideia – que é já do passado e não voltará tão cedo a «doçura de viver»; pois, quanto ao mais, nenhuma dificuldade ou perigo é superior às nossas amizades, às possibilidades do nosso trabalho, à firme vontade de continuar a nossa vida e a nossa História. Mentiria à minha consciência e à realidade nacional, se não terminasse as minhas palavras por este acto de fé em nós próprios, fé consciente, fé vivida e felizmente partilhada pelos portugueses de hoje.

(Discursos, volume 3º, pág. 103, 104, 119 e 120).

1938 – Discurso no banquete oferecido à Missão Militar Britânica, nas Necessidades, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, e, 14 de Dezembro:

Não desejaria que a Missão militar inglesa abandonasse Portugal sem que eu tivesse o ensejo de lhe exprimir o apreço do Governo pela sua vinda a este país e pela importância dos trabalhos empreendidos. E faço-o, como Ministro da Guerra, tendo em mente que a vinda da Missão foi um novo testemunho da camaradagem dos Exércitos das duas nações aliadas, e, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, lembrando que a temos por espontânea afirmação dos sentimentos de amizade do Governo britânico e do comum desejo de estreitar ainda mais os laços existentes.

... Amamos sinceramente a paz, e trabalhamos na medida das nossas possibilidades para que seja conservada entre as nações, mas não podemos esquecer que temos interesses consideráveis em diversas partes do mundo, cuja defesa somos obrigados a buscar através da melhoria das condições próprias e das garantias derivadas das nossas amizades, especialmente da aliança anglo-portuguesa. Por isso me permito exprimir a esperança, na convicção de que o mesmo intento será o do Governo britânico, de que os trabalhos da Missão sejam apenas começo da desejável intimidade de relações entre os dois Exércitos e dos estudos em conjunto dos problemas relativos à defesa comum.

(Discursos, volume 3º, pág. 123, 124 e 125).

1939 – Discurso na grande manifestação dos Sindicatos, Casas do Povo e Casas dos Pescadores, realizada no Terreiro do Paço em 27 de Fevereiro, sob o tema “Revolução Corporativa”:

Fomos nados e criados, a maior parte de nós, em concepções diferentes das que inspiram hoje a nossa vida colectiva: era a divisão na política, a luta nas classes, a desordem na economia, o egoísmo nas relações sociais, a elegância da ociosidade, o cansaço de viver. Muitos disseram: abandonemos a coisa pública à inspiração das paixões e aos movimentos e caprichos da multidão – e foi o predomínio da política sobre a vida, com a democracia. Outros afirmaram: criemos sem preocupações e sem método as riquezas, elas chegarão com abundância a cada um – e foi o predomínio do económico sobre o social, com o liberalismo. Ainda outros defenderam: distribuamos

pelos que somos as riquezas criadas e a criar, segundo a razão suprema dos nossos apetites – e foi o predomínio do social sobre o económico, pelo socialismo. Mas, se na desordem política, nas injustiças da economia liberal, na devastação operada pelo socialismo estavam as lógicas consequências dos sistemas, estava também aí o germe da ruína colectiva. Nem eu sei como a Pátria podia ser nas almas mais que imagem literária ou velha tradição de heróicos feitos a que ia faltando a vida profunda, a consciência de uma unidade essencial. Pois que a unidade resiste à divisão? Que solidariedade ao ódio? Que comunidade à falta de disciplina e de organização?

E nasceu o corporativismo que, elevado a regra constitucional da ordem nova, a princípio informador da comunidade nacional, caldeia a Nação no Estado e é como a consciência activa da nossa solidariedade na terra, no trabalho e na vida, isto é, na Pátria – a nossa família que não morre.

... Podíamos não ter feito mais nada – podíamos não ter melhorado os salários, nem feito contratos colectivos, nem estabelecido caixas de previdência, nem assistido ao desemprego, nem construído casas para os operários e jardins para os filhos dos pobres, nem aumentado as exportações, nem defendido os preços – podíamos nada ter feito que beneficiasse a economia ou melhorasse materialmente a condição dos portugueses, e teríamos realizado obra imensa só com dar aos trabalhadores a consciência e o respeito da sua dignidade, só com ter criado o ambiente de paz social, só com ter feito compreender, feito viver a solidariedade existente entre os que estudam as soluções e os que organizam e dirigem o trabalho ou o executam, e convencido a todos a trabalhar cada vez mais para benefício comum. Era isto sem dúvida o que impunham a razão e a justiça, e é também isto que impõem as superiores necessidades da Nação.

(Discursos, volume 3º, pág. 130, 131 e 132).

Discurso na Assembleia Nacional, em 22 de Maio, em sessão de Câmara destinada a autorizar o Chefe do Estado a visitar a União Sul-Africana. Para além da orientação governativa da política interna afigurava-se igualmente importante a política internacional, no contexto da situação externa de Portugal face à crise política Europeia: ... No período de alguns meses acabou a guerra de Espanha, e com a vitória nacionalista se desvaneceram algumas das causas do desassossego geral. Mas no resto da Europa e no mesmo espaço desmembraram-se Estados, proclamou-se a independência de outros, fizeram-se rectificações de fronteiras com transferência de vastos territórios, incorporaram-se nações sob formas diversas, e com tudo isto se alterou notavelmente o valor estratégico e o potencial militar de alguns países. Dados como resolvidos alguns problemas, tomaram logo outros o seu lugar, criando novas inquietações, como se, perdida certa estabilidade embora precária, todo o mapa europeu estivesse por esse facto sujeito a revisão. Há manifestamente exagero em supô-lo, mas na intranquilidade que se apossou dos espíritos todas as conjecturas, as mais absurdas, se transformaram em fonte de receios, senão de perigos.

... Falemos agora como portugueses.

É porventura escusado definir nesta altura os princípios informadores e as grandes directrizes da nossa política externa, tão naturalmente decorrem das circunstâncias da nossa vida e das realizações da nossa História. A nossa feição atlântica e actividade colonial estão na base da aliança inglesa; a vizinhança e solidariedade peninsular cimentam a fraternal amizade com a Espanha; o heróico esforço de Portugal, criador de impérios, domina as relações com o Brasil – nem simpatia nem amizade de

estranhos mas o próprio sangue e alma dos avós; a nossa compreensiva universalidade e a extensão dos nossos interesses permitem as melhores e mais amigáveis relações com todos os estados.

... Aquela feição, atlântica e imperial, a que acima me referi não caracteriza a nossa História por simples imposição de factores geográficos, mas pelo esforço construtivo que, apoiado neles, os portugueses realizaram no mundo. A afirmação que da mesma temos feito não é tão pouco imagem de retórica para nenhum português de hoje, mas directriz de pensamento e imperativo de acção. A viagem do Chefe de Estado às terras do Império em África – e oxalá a deste ano tenha a coroá-la as mesmas apoteoses e os mesmos frutos que a do ano findo a S. Tomé e Angola – está na mesma directriz das nossas preocupações e finalidades, é manifestação do mesmo espírito que pôs de pé o Acto Colonial.

Sentimos por outro lado que não só a África, baldio da Europa, não corresponde às realidades presentes (e se o foi no passado não parece poder sê-lo no futuro), mas o monopólio de a Europa falar em seu nome está também já fora do actual momento. Há interesses difíceis de discutir aqui e soberanias que se afirmam no continente africano com a força e evidência dos factos.

Formou-se na vizinhança das nossas colónias de África, e integrado na comunidade britânica, um vasto e próspero país, e entre umas e o outro o entusiasmo, a boa vontade, o respeito mútuo transformaram em colaboração já hoje preciosa o que pudera ser rivalidade, inveja ou atritos prejudiciais à paz e ao desenvolvimento comum. O convite de Sua Majestade o Rei Jorge VI como soberano da União Sul-Africana, para a visita do Sr. Presidente da República, se traduz homenagem ao representante de um povo que abriu aquelas regiões à civilização europeia, consagra ao mesmo tempo o espírito de estreitas relações e cooperação amigável que, à semelhança das duas metrópoles, felizmente existe entre os domínios portugueses e uma das mais florescentes nações do Império Britânico.

É neste espírito que o Governo, tendo dado o assentimento à viagem do Chefe do Estado, espera lho dê também a Assembleia Nacional.

(Discursos, volume 3º, pág. 138, 146, 147, 153, 154 e 155).

Palavras dirigidas aos Legionários em 28 de Maio, “A Legião – Expressão da Consciência Moral da Nação”. Começo do 14º ano da Revolução Nacional:

... Não faltarão porventura espíritos simples que, vendo alteradas algumas condições externas e mais afastado do País o perigo comunista, suponham estar chegado o fim da vossa missão; mas o comunismo, embora fortemente batido na Península, não morreu e não desarma, e há-de prosseguir na sua luta, à luz do dia ou na sombra das organizações secretas, sempre pronto a reviver e a infiltrar-se enquanto lho permitam a fraqueza das nações e o desvario dos homens.

Outros julgarão ainda que depois do esforço realizado está já bem merecido o repouso e ambicionariam não digo desertar das fileiras mas, enfim, ser ao menos licenciados, não digo descreer dos princípios mas poder não os proclamar como um grito de guerra. São tão difíceis porém os tempos que não só não pode ser permitido a ninguém perturbar no seu esforço de engrandecimento a parte viva da Nação, como não podemos sequer tomar o compromisso de deixar a muitos gastarem-se esterilmente em devaneios, aconchegados em cómodas posições de desfruto.

Há equívoco em tais posições de espírito, e o meu primeiro dever é sem dúvida desfazê-lo.

De nada nos serviria bater e afastar o mais próximo inimigo, se depois nos limitássemos a deixar repor o estado de coisas que pelos seus vícios profundos lhe deu condições de vida. Nós não podemos permitir-nos o luxo de deixar reinar de novo entre nós a divisão e a discórdia e de permitir às lutas partidárias o fraccionamento da unidade moral da Nação. Nós não fizemos a Revolução Nacional apenas para dar combate ao comunismo: fizemo-la para dar ao País a consciência do seu valor e da sua missão no mundo; fizemo-la para reforçar a unidade nacional e para elevar o nível material e moral do nosso povo; fizemo-la para defender e aumentar o nosso património de oito séculos de história.

... A Legião tem de considerar-se e continuar a ser a expressão viva dessa consciência moral da Nação; afirmação clara de fé e da doutrina da Revolução Nacional; reserva das maiores dedicações e dos mais altos sacrifícios; aquela chama de virtudes cívicas e de compreensão dos novos tempos que ilumine toda a casa portuguesa.

É para tanto preciso que mantenha alto o seu ideal, forte a sua organização, competentes e disciplinados os seus quadros e forças, resoluto e pronto o seu espírito. É preciso que as novas gerações, as que chegam à vida amparadas e formadas pela «Mocidade Portuguesa», tomem o seu lugar com o espírito fortalecido pelo exemplo que lhes destes; encontrem formados os quadros nacionais da sua actividade e lançada em impulso irresistível o movimento ascensional que com tanto sacrifício começastes. É preciso que exerciteis na devoção legionária o patriotismo e a disposição de tudo sacrificar pelo bem comum; que nos exercícios militares fortaleçais o corpo e tempereis o espírito segundo o modelo do português que, sem largar a charrua ou abandonar a oficina, está pronto a tomar as armas; que na obediência aos chefes sejais a prática demonstração do valor da hierarquia e da disciplina que condicionam a ordem indispensável à existência da Nação.

Assim servireis – na guerra ou na paz: na guerra que nos seja imposta para garantir a liberdade da terra que lavramos ou a continuidade da Revolução que iniciámos; na paz que ardentemente desejamos, pois temos necessidade de continuar trabalhando pela elevação e prosperidade material do povo, e porque acima de tudo proclamamos a fé num património espiritual que a violência brutalmente devastaria.

Eis o que espera tranquilamente de vós, Legionários, a Revolução Nacional.

(Discursos, volume 3º, pág. 159, 160, 161, 162 e 163).

Palavras transmitidas aos portugueses da América do Norte reunidos no Pavilhão português da Exposição Internacional de Nova York, na festa do Dia de Portugal, em 12 de Junho:

Se quisemos comparecer na Exposição de Nova York, ainda que modestamente como importa ao teor da nossa vida individual e colectiva e à simplicidade dos nossos costumes, foi exactamente e em grande parte para que os portugueses da América não houvessem de sentir-se no grande certame como esquecidos e abandonados e pudessem aquecer o seu coração de patriotas ao contacto desta singela demonstração do sol e do espírito da sua terra, levados até eles pela mão de artistas portugueses.

Se o nosso modesto pavilhão, cantinho da terra portuguesa na grande América; se a visita de um navio da nossa armada, intencionalmente escolhido de entre os construídos em Portugal por operários portugueses; se a Casa de Portugal em Nova York, agora criada como lar dos portugueses da América, vos derem a impressão reconfortante da Pátria presente e desvelada, sentir-me-ei feliz, porque toda a nossa política se reduz afinal a fazer que os portugueses sejam em tudo dignos das tradições

da sua Pátria e mostrar-lhes que a Pátria é pelo ressurgimento operado em todos os campos digna do amor e dedicação dos seus filhos.

(Discursos, volume 3º , pág. 159, 160, 161, 162 e 163).

Nota oficiosa do Governo, de 1 de Setembro, publicada nos jornais do dia seguinte, relativamente ao Conflito Europeu e à Neutralidade do Estado Português:

Apesar dos incansáveis esforços de eminentes Chefes de Governo e da intervenção directa dos Chefes de muitas nações, eis que a paz não pôde ser mantida e a Europa mergulha de novo em dolorosa catástrofe. Embora se trate de teatro de guerra longínquo, o facto de irem defrontar-se na luta algumas das maiores nações do nosso continente – nações amigas e uma delas aliada – é suficiente para o grande relevo do acontecimento e para que dele se esperem as mais graves consequências: não só se lhe não pode ficar estranho pelo sentir, como há-de ser impossível evitar as mais duras repercussões na vida de todos os povos.

Felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade.

(Discursos, volume 3º , pág. 173 e 174).

Discurso na Assembleia Nacional, em 9 de Outubro, durante a sessão em que a Câmara se congratulou pelo êxito da viagem do Chefe do estado às terras portuguesas de África e breve abordagem à repercussão que a guerra na Europa trará aos problemas nacionais:

... Seguimos comovidamente, e nalguns momentos com verdadeira ansiedade, a visita do Chefe do Estado às terras portuguesas de África: ela não seria no nosso pensamento a inspecção do Senhor a ignorados domínios de uma vaga herança secular, mas o saudoso abraço do Chefe aos membros distantes da família. Todo o Ultramar africano, com excepção da Guiné, pôde acolher em seu seio Aquele que de entre nós goza do privilégio de representar-nos a todos, elo visível da cadeia que exprime a continuidade histórica do nosso povo e a unidade nacional. O afecto, o entusiasmo, a dedicação patriótica com que foi recebido não é para mim descrevê-los; não o será mesmo porventura para quem os presenciou ou viveu: quando o coração transborda, usa afogar as palavras com que tais sentimentos se poderiam exprimir.

... Foi a viagem deste ano coroada pela visita à União Sul Africana, onde o caloroso acolhimento correspondeu inteiramente à amizade e à comunidade de interesses entre os dois países.

... Entretanto era abalada a Europa pela guerra, que a invasão da Polónia pelas tropas alemãs estendera à França e a quase todo o Império britânico.

A Alemanha fez-nos saber estar na disposição de respeitar a integridade de Portugal e das suas possessões ultramarinas em caso de neutralidade; a Inglaterra nada pediu em nome da aliança e amizade seculares que nos obrigasse a entrar no conflito; nós não tínhamos neste, à parte os interesses que nos solidarizam com todos os mais como membros da comunidade europeia e filhos da sua civilização, interesse próprio e directo a defender. O Governo podia assim manifestar ao País a deliberação e a esperança de manter na paz o povo português, salvo se a dignidade, os interesses ou os nossos deveres no-la viessem a fazer abandonar.

... Se não sabemos precisamente o que a guerra imporá em restrições e desvios à economia nacional, também não prevemos o que possa custar ao País sob o aspecto financeiro. É certo que importações reduzidas se afirmarão logo por diminuições

maciças de receitas e que estas e os inevitáveis aumentos de algumas despesas terão de ser por várias formas compensados; mas a medida de sacrifícios a impor só os factos a revelarão. Tenho porem desde já como provável que os programas das grandes obras públicas não poderão executar-se ao ritmo em que se estava a trabalhar, e é por outro lado natural que a novas necessidades correspondam realizações de ordem diferente.
(Discursos, volume 3º, pág. 178, 180, 181 e 189).

1940 – Discurso na reunião das Comissões da União Nacional de Lisboa, realizada na Sala do Conselho de Estado na noite de 26 de Fevereiro e breve explanação sobre os fins e necessidade da Propaganda Política:

... Ainda que todos os esforços da educação na família e na escola convirjam hoje para a mesma finalidade geral da cultura do patriotismo, alguma coisa mais se exige e é necessária a cargo de organismo próprio que pela propaganda e actividade específica crie e alimente a consciência pública e forme o escol político capaz de conduzir e realizar os imperativos nacionais. Não fujo a apreciar uma das dificuldades.

A geração que principalmente tem arrostado com o peso do ressurgimento pátrio alimentava-a mais um sentimento de revolta do que um pensamento político definido. Sem desconhecer o que se deva como elemento reconstrutivo a alguma doutrina nacionalista anterior, parece poder afirmar-se que da cultura intelectualizada de poucos não passara nem a sentimento geral nem a móbil de acção. O que vimos operar foi a reacção de energias latentes a procurar por entre escombros caminho salvador. A aglutinação fez-se contra o que estava – e era desordem, miséria, aviltamento, risco de perdas irreparáveis em grave conjuntura. A coesão posterior deve-se, além da nossa doutrina já feita, à facilidade de comparação, isto é, a resultados fecundos à vista de todos.

A nova geração porém já não viu ou não se lembra do que nós vimos ou sofremos. Não assistiu ao descalabro faz finanças e da moeda, à ruína da economia, ao assalto da propriedade, à desordem da rua e dos espíritos, aos assassinatos dos inimigos políticos e dos militares de prestígio, aos insultos e vexames da gente honesta nas praças e nas cadeias, às campanhas anti-religiosas, à «justiça popular», à instabilidade governativa, à indisciplina e afundamento dos órgãos do Estado, ao riso escarninho do mundo perante uma gloriosa Nação multiseular que, parecendo não querer viver em paz, não fazia ao menos revoluções mas sangrentos motins. Isto sentimos e tivemos ontem sem que hoje quase se lhe note o rasto; mas a viveza das reacções que em nós desperta não pode existir na mocidade como factor determinante duma atitude política; e exemplos de fora estão longe e vêem-se mal.

Isto quer dizer que a formação política das novas gerações – e ainda bem! – não podemos teimar em fazê-la no sentido negativista e crítico mas à volta e um pensamento reconstrutivo do Portugal de amanhã. Se é mais difícil aos nossos hábitos e à velha mentalidade, é por outro lado mais conforme com os princípios da revolução Nacional.

(Discursos, volume 3º, pág. 201, 202 e 203).

Discurso durante o almoço oferecido ao Almirante e oficiais da esquadra espanhola, no Palácio de Sintra, em 12 de Abril, em visita ao nosso país:

... As palavras, indispensáveis para traduzir ideias, nem sempre o são para exprimir sentimentos: destes se irradia uma força e cria um ambiente que melhor se apreendem do que se definem.

Numa atmosfera dessas, que é de amizade e afecto fraternal, decorre a visita da esquadra espanhola a Lisboa, com a qual me regozijo como português e como homem de Governo. Ela não tem somente significado e alcance nas relações sentimentais entre

os dois povos. A amizade sincera é firme esteio para os tratados, auxílio poderoso para os interesses comuns, garantia de conciliação para os que o não sejam, enfim seguro factor de compreensão mútua.

Bem o experimentei durante a vossa admirável luta pela civilização, quando, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao dirigir, ao viver a nossa campanha diplomática desta verdadeira guerra peninsular, me achei mais de uma vez a praticar as diligências e a tomar as atitudes que vos interessavam, antes mesmo de me serem solicitadas.

Que esta compreensão mútua seja cada vez mais perfeita são os meus votos sinceros para bem das nossas duas pátrias e da civilização de que somos obreiros. Nestes sentimentos bebo pela Espanha e pela Marinha.

(Discursos, volume 3º, pág. 215 e 216).

Palestra lida na Emissora Nacional, em 25 de Abril, para propaganda da operação financeira “Conversão do Fundo Externo”:

A conversão do «Externo», há dias decretada, é a quinta ou sexta operação do género levada a efeito nos doze anos da minha gerência financeira. As anteriores incidiram sobre nove empréstimos diferentes e tiveram os mais diversos fins: umas destinaram-se a regularizar a situação da dívida quanto a taxas de juro ou ao valor nominal dos títulos; outras tenderam a fazer beneficiar o Tesouro da baixa do juro no mercado. Quer porém quando buscava realizar apenas o interesse geral da administração financeira, quer quando tinha em vista diminuir os encargos da dívida pública, nunca disse sobre tais operações outras palavras, nunca dirigi incitamentos ou convites que não fossem os constantes dos textos legais. A excepção de hoje deve atribuir-se à importância da operação em si própria e sobretudo ao seu interesse político: digo político no seu mais alto significado nacional.

De facto, exceptuada a dívida ao Banco de Portugal, constituída por notas emitidas em favor do Tesouro anteriormente a 1928 e cuja origem e regime a diferenciam de tudo o mais, a dívida externa representa só por si mais de metade de toda a dívida portuguesa: mais de 3 milhões de contos em 6 que é o total. Em segundo lugar, extinta a dívida flutuante e substituídos os suprimentos dos banqueiros estrangeiros por depósitos do Tesouro, a dívida externa é a única dependência – ainda assim mais aparente que real pela nacionalização operada – , é a única dependência, dizia, do Estado português em relação à finança internacional. Por último é a única dívida de origem defeituosa, ainda ligada às consequências da crise de 1891; e embora nos 38 anos decorridos Portugal tenha honrado fielmente os seus compromissos através de todas as dificuldades económicas ou financeiras e das convulsões políticas, sempre a dívida externa recorda um mau passado, imposições dos credores, negociações difíceis – o Convénio de 1902.

Tudo isto é verdade há muito tempo, ainda que só recordado agora.

... A Junta de Crédito Público e todas as secções das finanças do País abrirão amanhã e nos quinze dias seguintes para receber as propostas de conversão. A operação é inteiramente voluntária, isto é, no terreno jurídico não há obrigação de a ela concorrer. As palavras que vim proferir tenderem a mostrar o interesse dos portadores de aceitar em troca dos seus títulos o novo Consolidado. Tinham ainda outro intento – investigar se, sendo certo e seguro o seu interesse, não haveria para os portugueses obrigação moral de fazê-lo. Eu creio que sim. Não podemos perder nenhuma ocasião de afirmar a vitalidade nacional, de marcar a autonomia nacional nos interesses, nos sentimentos, na política, na administração. Podemos agora fazê-lo com rara extensão: não é no ano das comemorações centenárias que vamos faltar a este dever.

(Discursos, volume 3º, pág. 219, 220, 221 e 228).

Discurso na Assembleia Nacional, em 25 de Maio, durante a sessão em que a Câmara aprovou a Concordata e o Acordo missionário, assinados no Vaticano em 7 de Maio, estando em análise os problemas político-religiosos da Nação Portuguesa e do seu Império:

... A primeira realidade que o Estado tem diante de si é a formação católica do povo português; a segunda é que a essência desta formação se traduz numa constante da história.

Nascemos já, como nação independente, no ceio do catolicismo; acolher-se à protecção da Igreja foi sem dúvida acto de alcance político, mas alicerçado no sentimento popular. Tem havido através da história incidentes e lutas entre os reis e os bispos, os governos e o clero, o Estado e a Cúria, nunca entre a Nação e a Igreja; quer dizer, lutas de interesses temporais ou de influências e paixões políticas, nunca rebelião da consciência contra a fé. Não há em toda a história apostasia colectiva da Nação, nem conflitos religiosos que dividissem espiritualmente os portugueses. Com maior ou menor fervor, cultura mais ou menos vasta e profunda, maior ou menor esplendor de culto, podemos apresentar perante o mundo, ao lado da identidade de fronteiras históricas, o exemplo raro da identidade de consciência religiosa: benefício extraordinário em cuja consecução se empenhou uma política providente.

... não pode pôr-se entre nós o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da Nação e a liberdade evangelizadora; pelo contrário, uma fez sempre parte essencial da outra.

Para quê a verificação deste princípio? Para saber se uma Concordata pode ser em Portugal apenas a conciliação precária de duas forças inimigas, a condescendência do Estado perante actividade indiferente à realização dos seus fins nacionais, ou a conjugação confiante de esforços para obra que, mesmo no sentido puramente humano, corresponde à vocação de Portugal no mundo e à sua principal directriz histórica.

... O Estado tem-se visto forçado a condicionar cada vez mais a liberdade dos indivíduos a necessidades e escopos colectivos; marca a cada passo mais e mais o carácter puramente civil da sua actividade; estende as suas exigências à formação do agregado familiar; reivindica a instrução e educação da mocidade; vigia ou dirige a actividade intelectual; limita a propriedade, redistribui as terras, requisita os frutos do trabalho; dá directrizes, normas, limites à economia da Nação; regula o esforço, o descanso, o divertimento; por vezes chama a si o homem no complexo da sua personalidade, em corpo e alma, ideias e sentimentos, com exclusão de alguém mais como roda de máquina de que ele não pode libertar-se ou fugir; engrandece-se e diviniza-se; e, sem nada que o limite, pode apresentar-se como a mesma consciência, força e riqueza da nação. Há nestas concepções realidades e necessidades novas, e há também meras criações do espírito, que a experiência costuma condenar e a História – grande coveira – vai enterrando em seu largo cemitério. Mas por vezes há mais do que isso – há o ataque a alguma coisa de superior: à verdade que resplandece sobre as contingências, à consciência que resiste a despojar-se de si própria, isto é, de inauferíveis direitos que derivam da natureza do espírito humano.

É certo que estes últimos pontos nada têm que ver, ou muito pouco, com a política e a organização do Estado, determinadas por muitas outras condições e circunstâncias que não só princípios abstractos; mas o conceito do homem e da sociedade, da vida e dos seus fins está no âmago da questão.

Quanto a nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro lado anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas, tão rasgadamente sociais quanto de nós exige o princípio de igualdade de todos perante os benefícios da civilização; quanto a nós, três únicas questões podiam a meu ver tornar impossível o acordo, por tocarem em pontos essenciais da doutrina: o reconhecimento de uma norma moral preexistente e superior ao próprio Estado; a constituição da família; a educação. A Constituição de 1933, com a clarividência que hoje podemos apreciar, arrancou o Estado português à tentação da onnipotência e da irresponsabilidade moral, e permitiu atribuir à Igreja, na constituição dos lares e na formação da juventude, aquela parcela de mistério e de infinito exigida pela consciência cristã e que só por arremedos vis poderíamos substituir. Ir além, abrindo mão de tudo o mais, seria fechar os olhos a vivas realidades do nosso tempo; não ir até ali seria igualmente ter em menos conta o que é exigência de justa liberdade e necessidade da estrutura cristã da Nação portuguesa.

Se, pois, com seriedade e boa fé, foi possível encontrar uma fórmula de respeito e colaboração entre um Estado moderno equilibrado e a Igreja Católica, devemos regozijar-nos – por nós, em primeiro lugar, depois também por contribuirmos para a solução de problemas postos com acuidade num mundo que se desagrega pela força dos erros ou das armas e é preciso refazer «em espírito e verdade».

(Discursos, volume 3º, pág. 232, 233, 234, 235, 236, 237).

Brinde na Casa Militar de Lisboa, a oficiais de todas as armas, em 28 de Maio – XIV aniversário da Revolução Nacional:

... A profissão das armas ou, pois que me repugna chamar-lhe profissão, a missão militar faz dos que se lhe entregam, pela proximidade dos perigos e estreita solidariedade da acção, verdadeiros irmãos; e, quando tal se considera, falar de família – ainda que o nome tenha sido muitas vezes empregado sem a mesma nobreza e elevação – é traduzir uma realidade. Pois bem: entendeu-se que esta casa pode, através de mais íntima convivência entre oficiais das diversas armas e patentes, facilitar o conhecimento mútuo, a troca de ideias, o apreço recíproco e contribuir para a existência de bom ambiente moral na família militar.

Aqui não deve haver lugar para maledicência, que é a falsificação da crítica e do recto juízo dos homens e das coisas; nem para o derrotismo, que é a desculpa dos covardes; nem para a jactância, que é o arremedo da valentia. Os tempos vão muito maus e se não temos no presente os perigosos deveres da guerra, temos deveres de paz, não menos árduos, a cumprir.

(Discursos, volume 3º, pág. 249).

Discurso feito do castelo de Guimarães, no dia 4 de Junho, começo das festas centenárias, na cerimónia comemorativa da fundação da nacionalidade “800 anos de independência”:

... Em vão procuro, no tropel de ideias e de emoções, focar pensamento ou imagem, facto ou anseio, nome ou sentimento que aos outros sobreleve e me prenda. Passam pelo espírito séculos em revoada – os oito séculos da vida de Portugal – com seus reis e seus cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus heróis e seus santos, sofrimentos e glórias, esperanças e desilusões. Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar bos domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil – glória da sua energia e do seu génio político. Para tanto discutiu nas Cúrias e nos Concílios, ensinou em escolas e Universidades de fama, fez uma língua e uma cultura, pintou obras-primas antes dos maiores mestres, prodigalizou-se em maravilhas

de pedra, cantou em versos imortais a sua própria epopeia – e ainda hoje tão simples e tão modesto que é pobre em face dos opulentos e fraco junto dos poderosos. Abisma-se a inteligência a perscrutar o mistério, confunde-se com a desproporção dos meios e dos resultados, extasia-se ante a permanência do milagre, e não se sabe que homem, ideia, rasgo ou sacrifício há-de pôr acima dos mais – a não ser exactamente o facto fundamental e primeiro de haver a raça portuguesa estabelecido o seu lar independente e cristão nesta faixa atlântica da Península. Quis o povo ser independente, livre no seu próprio território, e quiseram os reis que ele o fosse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel.

(Discursos, volume 3º, pág. 255,256,257,).

Comunicado da Presidência do Conselho, publicado nos jornais de 3 de Setembro, relativo à orgânica ministerial e trabalho do Governo:

Crê-se que a opinião pública fez desde o primeiro momento ideia exacta do significado da última remodelação ministerial. Independentemente do valor e categoria das pessoas que entraram para o Governo e dele saíram por terem de ocupar outros postos ou simplesmente por desejarem descansar de longos sacrifícios, dois factos se apresentaram com especial relevo:

1. Um destes factos foi a criação da pasta da Economia em substituição de duas – A do Comércio e Indústria e a da Agricultura. A primeira tentativa de dar unidade à direcção superior da economia nacional foi feita em 1932, com o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura e a criação do Sub-Secretariado da Agricultura. Muito antes que noutros países se vissem as dificuldades e estas se resolvessem pela fusão de Ministérios ou pela subordinação dos existentes a uma espécie de super-ministro encarregado de dar-lhes unidade de direcção e unidade de comando à actividade económica, aqui se pôs o problema e se tentou resolver, fora dos ciúmes ou melindres dos diferentes sectores, alheios às disputas da sua importância relativa e com os olhos postos apenas no interesse da colectividade; mas a opinião não estava entre nós amadurecida para tal reforma e um ano depois o Ministério foi dividido nos dois que até agora existiram.

2. ... O número de Ministérios importa, nos regimes não subordinados a exigências partidárias, sobretudo sob dois aspectos: primeiro o da coesão governativa e o da mais perfeita unidade na direcção superior da governação pública; depois o da maior ou menor dificuldade do trabalho em comum.

Seja qual for a identidade de propósitos e de formação mental, a disciplina ministerial e a vigilância da opinião, deve ter-se como seguro que um governo muito numeroso é mais difícil de conduzir que um governo de restrito número de pessoas. As pequenas diferenças de método, ligadas por vezes ao temperamento pessoal dos dirigentes, quando multiplicadas por número elevado de agentes encarregados da direcção superior dos negócios, chegam a dar a impressão de heterogeneidade, quando não de divisão inconveniente, tanto no domínio administrativo como no domínio político. Mas não pode por esta simples consideração levar-se muito longe a contracção ministerial, sobretudo se atrás dos governos não está uma organização burocrática tão largamente provida de elementos de alto valor que o Ministro possa ser de facto apenas o orientador ou o «técnico das ideias gerais». Ainda assim a complexidade da vida moderna e a

variedade dos problemas de governo são tais que em países de civilização complexa se correria com a demasiada redução de Ministérios o risco de serem os Ministros, em vez de propulsores da governação, os altos representantes e delegados do funcionalismo público.

O número excessivo de pastas ministeriais tem ainda o inconveniente de tornar difícil ou improdutivo o trabalho em comum, ou seja o trabalho em Conselho. Nos países de feição democrática não só há tendência para a multiplicação dos Ministérios, devido sobretudo às necessidades partidárias, mas há a tendência para o trabalho ministerial ser realizado em Conselho, talvez pela necessidade de mútua fiscalização e talvez também pela fraqueza orgânica da chefia. A experiência tem por quase toda a parte, supomos, demonstrado o pequeno rendimento do sistema.

Por outro lado perde-se imenso tempo em trabalhos ou discussões que não interessam a todos; por outro não se devem esperar resultados apreciáveis de uma colaboração incidental no estudo de problemas ou em decisões em que um só ou poucos se devem reputar preparados e os mais são obrigados a dar pareceres de ocasião. Salvo as reuniões para discussão de questões políticas essenciais ou de orientação geral, o trabalho sistemático em Conselho deve pois reputar-se de fraco rendimento e baixa qualidade, além das perdas de tempo que comporta para todos os Ministros.

Melhor método é sem dúvida o usado entre nós – há anos – do trabalho do Chefe do Governo com o Ministro ou Ministros a cujas pastas os problemas interessam directamente, ou de pequenos Conselhos de constituição e atribuições legais determinadas para grupos de problemas, como são o Conselho Corporativo e o Conselho de Ministros para o Comércio Externo.

(Discursos, volume 3º, pág. 263, 264, 270, 271 e 272).

Discurso no almoço oferecido, na residência oficial do Presidente do Conselho, aos altos funcionários do Ministério das Finanças, em 5 de Setembro, por ocasião do abandono daquela pasta:

... Nunca hesitei em considerar da maior importância o problema do funcionalismo público, mesmo para a eficácia das reformas estranhas à Administração de que ele verdadeiramente constitui a técnica e a alma. E nesta conformidade desde princípio procurei a sua renovação ou reforma, sem violências inúteis e pondo apenas em jogo o tríplice sentido da utilidade, da justiça e da responsabilidade.

Se ao funcionário, integrado numa ordem administrativa qualquer, se deu a compreensão de como o seu trabalho, simples que seja, se combina com o dos mais para a consecução de determinado resultado; se se lhe deu a consciência da grande obra em que participa e que sem o seu concurso seria impossível ou ficaria ao menos imperfeita, incutiu-se-lhe também o sentido da sua utilidade, na qual assenta em primeiro lugar a dignidade profissional.

Depois da utilidade, o sentido da justiça – da justiça do Estado para com ele, em recompensar-lhe o esforço, em premiar-lhe o mérito, em reconhecer-lhe as suas preferências, em colocá-lo, em promovê-lo, em conciliar o interesse do serviço com o seu interesse pessoal ou familiar, em o libertar de influências aviltantes, desnecessárias para a justiça que se lhe deve e insuficientes para favores que não se lhe podem fazer.

Por último, o sentido da responsabilidade – agora a justiça do funcionário para com o Estado e para com a Nação. Este homem, por vezes isolado e modesto, sabe que reside nele uma parcela desse poder sagrado que é a autoridade; que esta existe não por imposição da força de quem quer mas por necessidade da vida em comum e para o maior bem de todos; sabe que dos seus actos ou da sua incúria, do seu saber ou da sua

incompetência podem advir benefícios ou danos, riscos ou prejuízos para os indivíduos e para a colectividade nacional. A sua responsabilidade é enorme: da sua informação inexacta nasceu o despacho errado; do seu parecer tendencioso proveio a denegação da justiça; por causa dos factos ou dos números que levianamente não verificou veio a acontecer que actos de governos e até toda uma política foram completamente errados. (Discursos, volume 3º, pág. 282, 283 e 284).

1941 – Discurso na Sala do Senado da Universidade de Coimbra, durante a cerimónia do doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Oxford, em 19 de Abril e presidido pelo eminente professor Thomas Farrant Higham:

Agradeço à Universidade de Oxford, célebre entre as célebres no mundo, a honra insigne que acaba de conferir-me com o grau de doutor em direito civil; e, ao fazê-lo, não posso esquecer a gentileza que se quis ter comigo e a atenção para com os meus trabalhos, trasladando para Coimbra esta cerimónia que tradicionalmente se não efectua fora da velha cidade nem em ambiente estranho ao da sua típica vida universitária.

(Discursos, volume 3º, pág. 289).

Discurso no Terreiro do Paço, na manifestação de 28 de Abril, por ocasião de mais um aniversário:

São certamente grandes as dificuldades dos tempos, e ninguém sabe nesta acanhado mundo qual a parte de sofrimentos que lhe reserva directa ou indirectamente a tragédia da Europa. Temos conseguido e, digamos, merecido viver em tranquilidade na Península e temos a certeza de que nos acompanham na nossa conduta a simpatia e solidariedade moral de muitos povos, não seguramente pelo egoísmo de uma atitude mas pelo real valor europeu de uma política.

Talvez por isso me não pareça razoável nos alimentem exclusivamente preocupações de guerra, umas baseadas na gravidade real das situações e sem dúvida legítimas, outras filhas apenas do desvairo de fantasias sobreexcitadas ou malévolas, contra as quais é preciso reagir. Penso, ao contrário, mais devem interessar-nos os problemas da paz, pois se a guerra tudo pode destruir, por si mesma nada construirá. Seja qual for a sorte das batalhas, a extensão das ruínas, os horrores dos sacrifícios, a transformação política, económica e social da Europa, vinda de longe, seguirá o seu curso, e na revisão fatal de valores a que a mesma obriga tratar-se-á sobretudo de saber o que somos e valem, como elementos construtivos, por nosso pensamento e trabalho. E havemos de não ter então o cérebro oco, o sentimento vário, as mãos vazias.

É certo haver valores absolutos na vida a que tudo o mais se subordina e deve sacrificar, e alguns desses chamam-se dignidade da Nação, a liberdade e independência, a integridade territorial que é a própria razão de ser da família portuguesa; mas não sei que alguma nação as desconheça ou alguma ambição as cobice, nem que construção se haveria de fazer sobre o desprezo de realidades tão vivas e consagradas pelo tempo e pelo esforço das gerações.

Não; tenhamos confiança! Tenhamos fé na lealdade própria e alheia, na ordem, no trabalho, na serenidade e seriedade com que havemos de encarar os problemas e acudir às dificuldades. Confiemos sobretudo, mais que na força das armas, na coesa e firme unidade nacional, no profundo e vivo amor à terra portuguesa, naqueles altos exemplos, valores da nossa história e ideais da nossa civilização, que o ferro não mata e o fogo não pode destruir.

(Discursos, volume 3º, pág. 299 e 300).

Discurso durante o almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, Dr. Guiñazu, no Palácio de Sintra, em 1 de Maio, salientando a importância da colaboração estreita entre os países da península Hispânica e os países da América Latina:

... Da Europa, ora tão agitada, parece que o Atlântico separa as nações latinas da América, e no entanto não podemos considerá-las se não como parte delas. Sem vós a Europa seria mera expressão geográfica amputada do seu significado moral, porque, do seu espírito criador e da vitalidade dos princípios que a têm conduzido e inspirado através dos séculos, nenhum testemunho existe mais evidente, nenhum florão mais belo do que as nações aqui presentes, verdadeiramente carne da sua carne e sangue do seu sangue. Somos em suma uma grande família, constituindo em todos os momentos e em todas as circunstâncias altíssimo valor para a civilização cristã e um dia porventura para a paz do mundo.

(Discursos, volume 3º, pág. 304 e 305).

Discurso pronunciado na Assembleia Nacional em 19 de Dezembro, acerca dos acontecimentos em Timor. A leitura dos factos informava a Assembleia do desembarque de tropas australianas e holandesas em Dili, justificando tal acto a defesa da parte holandesa da Ilha de Timor, contra qualquer invasão do Japão. De notar que esta ocupação dá-se contra a vontade do governo português e acompanhada do respectivo protesto efectuado pelo Embaixador de Portugal em Londres.

(Discursos, volume 4º, pág. 557 – deveria estar no volume 3º).

1942 – Discurso da reeleição pela terceira vez, do Presidente da República Senhor General Carmona, em 7 de Fevereiro aos microfones da Emissora Nacional, cuja intenção de aceitar submeter-se a sufrágio foi comunicada ao País por nota oficiosa publicada nos jornais de 15 de Janeiro:

Pedem-me duas palavras – as últimas antes do acto de amanhã. Em verdade de entre todos os que podiam fazê-lo, eu sou o último que deveria falar. Vou mais longe: estas palavras são só possíveis, porque não se trata de eleger entre vários pretendentes quem haja de ocupar a chefia do estado. Se assim fosse, poder-se ia dizer, embora com grave injustiça para todos, que defendia por dever do cargo uma política ou tentava segurar uma posição.

Por felicidade do País, ao desempenhar-se do encargo constitucional da eleição, não tem que escolher: felizes as nações que nos momentos cruciais da sua vida não são obrigadas a escolher, e às quais a Providência com desvelado carinho dispõe os acontecimentos e suscita as pessoas de modo tão natural e a-propósito que só uma solução é boa e essa a vêem com nitidez no íntimo da sua consciência todos os homens de boa-vontade! Felizes porque não se debatem em dúvidas angustiosas, porque não se arriscam em desmedidas contingências, felizes sobretudo porque não se dividem!

E no entanto puderam ter-se encontrado agora dificuldade sérias. Não falo das razões por que se fez o convite e se fará a reeleição; são a evidência mesma. Falo das razões que poderiam aconselhar uma recusa.

Humanamente, digo, à maneira egoísta da vida ordinária, o Senhor General Carmona não devia aceitar a sua reeleição para a Presidência da República.

Na chefia do Estado desde os alvares da Revolução Nacional, quando mal se distinguiam de entre a névoa de vagas e desencontradas aspirações os caminhos de futuro, o Senhor General Carmona tem presidido à mais vasta obra de reconstrução nacional dos últimos séculos e iniciou uma era que na História Portuguesa pode bem competir com algumas das mais brilhantes, pela iniciativa e labor intenso, marcado

progresso, elevação colectiva. E teve em tudo a boa estrela dos afortunados, a rara felicidade do êxito.

(Discursos, volume 3º, pág. 309, 310 e 311).

Segundo discurso, pronunciado na Assembleia Nacional em 21 de Fevereiro, com a explicação possível dos factos relacionados com a ocupação de Timor, as desculpas do governo Inglês e a garantia do Japão de manter a integridade territorial do Timor português, enquanto Portugal mantivesse uma atitude neutral. Desde o início Portugal entendeu pouco provável a ideia da invasão de Timor pelo Japão, mas afim de prevenir qualquer incidente na parte portuguesa de Timor fez deslocar de Moçambique – em 26 de Janeiro, após ter sido dada garantia em 22 do mesmo mês, da retirada das tropas holandesas e australianas do território português de Timor. Este contingente militar seria desviado para a Índia em virtude de Timor estar ainda ocupado pelas tropas holandesas, australianas e japonesas – um corpo expedicionário para reforço das tropas portuguesas locais.

(Discursos, volume 4º, pág. 573 – deveria estar no volume 3º).

Discurso aos microfones da Emissora Nacional, em 25 de Junho, subordinado ao tema, “Defesa Económica, Defesa Moral, Defesa Política”:

Eu queria ver se era capaz de expor em não muitas palavras coisas que o momento me aconselha a dizer, subordinadas a esta epígrafe: Defesa económica, defesa moral, defesa política. O assunto é vasto mas apresenta-se-me com a necessária unidade, sendo fácil de descobrir a razão da ordem da matéria e a sua íntima relação. Em tempo de paz a defesa económica é afinal a defesa da produção: produção significa trabalho, riqueza, reservas, segurança na satisfação das necessidades. Em tempo de guerra é sobretudo a defesa da vida, no nível que puder ser.

O estado de absoluta necessidade é inconciliável com a dependência moral, do que se deduz ser necessário a um povo dispor de suficiência económica para que ele se possa determinar livremente e em harmonia do seu interesse.

Este interesse é a política encarregada de o definir e guardar. O maior de todos é a integridade e a independência, atributos de que deriva a possibilidade de a Nação se engrandecer e prosperar, realizando no tempo a sua missão. Se a Nação, como agregado autónomo, é precisa ao progresso social, toda a doutrina e acção política no mais lato sentido em que se possam tomar, tendem ao objectivo supremo de assegurar aos homens os meios materiais e condições para a sua vida moral.

Assim se fecha o ciclo; assim se verifica ser a defesa económica condição de defesa moral e por sua vez a consciência da Nação o primeiro factor a contar na defesa política.

(Discursos, volume 3º, pág. 321 e 322).

“O Corporativismo e os Trabalhos”, resposta do Presidente do Conselho à mensagem dos dirigentes sindicais, lida no Coliseu dos Recreios, em 23 de Julho, na sessão ali realizada pelos Sindicatos Nacionais:

Ouvi com a máxima atenção a vossa mensagem, que julgo absolutamente sincera, sem embargo de nalguns pontos a considerar exagerada, e aprecio sumamente que me tenham sido trazidas, com tanta lealdade e confiança, as preocupações dos dirigentes sindicais.

Nos maus momentos que vivemos, as dificuldades pesam sobre todos os que têm funções de mando ou direcção. A impossibilidade de resolvê-las à medida dos nossos desejos e até à medida das necessidades de outrem pode fazer-nos desencorajar. Entre as pretensões que sobem de tom e de insistência e os obstáculos fictícios ou reais,

levantados pelo próprio facto da crise, põe-se a cada um, por vezes, o problema de saber se está em jogo a sua falta de qualidades ou a deficiência da organização em que se enquadra. O drama é doloroso para as consciências rectas; o primeiro movimento é apelar para quem tem a responsabilidade da direcção superior e aquecer-se no calor da sua própria fé. O vosso apelo quer antes de tudo dizer: vamos bem ou seguimos caminho errado?

Antes de responder a alguns pontos concretos, vamos por isso fazer juntos o exame geral mas sucinto da situação.

O primeiro ponto a examinar é se se pode dispensar qualquer forma de organização.

... A conclusão geral e resposta ao primeiro ponto é que não se pode dispensar uma organização.

O segundo ponto será – que tipo de organização?

... Que tipo então preferir? Nós estávamos empenhados em encontrar uma fórmula que respondesse às seguintes condições;

- a) A organização deveria aliviar o hipertrofiado e monstruoso Estado moderno, desembaraçando-o de algumas das suas funções, serviços e despesas e defendendo só por esse facto a liberdade individual e as economias privadas;
- b) A organização deveria ser decalcada, com prejuízo embora da sua pureza teórica e simetria, sobre a vida real do homem na família, na profissão, na sociedade; e, sendo assim, aproveitar o mais possível as formas conhecidas e espontâneas de organização a integrar em plano de conjunto;
- c) A organização não deveria dissociar o económico do social, pela razão fundamental de que todos os que de qualquer modo trabalham não solidários na produção e é da produção que todos devem viver;
- d) A organização deveria não perder de vista as realidades supra-individuais e que, portanto, só é verdadeiramente útil se conseguir satisfazer os legítimos interesses privados e ao mesmo tempo promover o interesse colectivo.

E foi por estas razões que pretendemos estabelecer entre os vários tipos possíveis de organização e de corporativismo a organização corporativa portuguesa.

Esta organização vale pelo que representa como súpula ideológica na transformação mental e material do País mas vale sobretudo praticamente pelos resultados imediatos em relação à economia e às classes trabalhadoras; impõe-se pelo seu valor político no Estado e pelo seu valor coordenador na economia e no trabalho nacional. De forma que antes de criticá-la pelo que não fez, com as mil razões por que o não terá feito, havemos de apreciá-la pelo que já realizou.

Ela deu-nos, em primeiro lugar, a paz, não a paz externa, a paz económica e social no interior e, com esta, não se perder um dia de trabalho, o aumento de produção nacional, o progresso económico, a tranquilidade familiar e pública – inapreciável bem para quem viveu os tormentosos anos precedentes.

Impôs novo conceito de trabalho e do seu dever social; efectivou a solidariedade, teoricamente e vãmente proclamada antes entre o capital e o trabalho; elevou este pela sua representação nos mais altos órgãos do Estado; chamou as forças económicas a participar da responsabilidade na direcção económica nacional, e prestigiou de tal modo os seus princípios que, antecipando-se-lhe ou seguindo-a, muitas empresas privadas concorrem por suas forças nas mais benéficas realizações.

Para não ir longe na enumeração de coisas materiais, que aliás estão à vista, direi apenas: A organização corporativa dispõe já de 400 Casas do Povo, com 230:000 sócios e 12:000 contos de rendimento anual, destinados a assistência médica e

farmacêutica, a subsídios na doença, no parto, na morte e, quem havia de dizê-lo? Na invalidez, estando já a pagar-se a trabalhadores rurais inválidos – e é o começo – 1:200 contos anuais de subsídios.

Paralelamente as 20 Casas de Pescadores dispõem anualmente de um rendimento que orça por 3:000 contos, destinados aos mesmos fins.

Os acordos colectivos de trabalho e outras convenções protegem a situação de 200:000 operários, e 150:000 além destes beneficiam de salários mínimos fixados superiormente. E isto significa que, deixando de lado os trabalhadores rurais e os pescadores, cerca de metade dos empregados e trabalhadores por conta de outrem no comércio e na indústria se encontram protegidos por disposições contratuais ou por determinação do Governo.

Embora incipiente, o nosso trabalho de casas económicas já nos proporcionou 3:200 moradias, onde se albergam, na expectativa de propriedade familiar definitiva, 11:000 pessoas, subindo a 42:000 contos os seguros de vida dos respectivos beneficiários. E não conto os bairros de algumas câmaras nem os de várias empresas.

Quanto a instituições de previdência social (muitas vindas do passado), a organização dispõe de 400 instituições, com fundos no valor de 600:000 contos e benefícios distribuídos na importância de 56:000 em cada ano. Estão incluídas nestes globais 12 caixas sindicais de previdência, com 30:000 contos de fundos e 10:000 de contribuições anuais, provenientes de 24:000 beneficiários, e as caixas de reforma e previdência, com 37:000 beneficiários e 22:000 contos de fundos. As caixas sindicais em organização e reorganização, bem como as caixas de reforma ou previdência no mesmo estado, irão beneficiar mais cerca de 50:000 indivíduos, com 135:000 contos de fundos.

Pelo que respeita a salários, não só a organização não tem obstado ao seu aumento, mas tem-no promovido umas vezes, imposto outras, defendido sempre. Apenas nos últimos meses se fez uma pausa na política de elevação de salários, para que o problema pudesse ser revisto quanto à orientação geral e se contrariasse a tendência de justificar com esses aumentos altas abusivas de preços. E já deixo de lado a melhor fiscalização do trabalho e das suas condições, a realidade da magistratura do trabalho, as férias pagas, as colónias de férias, a obra cultural da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, o cinema e teatro do povo, muitas outras realizações enfim que por brevidade tenho de omitir.

... Em resumo, é intento e orientação do Governo:

1º Promover mais intensa e cuidadosamente a formação da consciência corporativa, a educação dos dirigentes e o progresso dos estudos acerca do corporativismo português;

2º Permitir a revisão de salários, quando nele se verifique injustiça, quer esta provenha da desigualdade ou erro de classificação, quer de insuficiência absoluta do salário para o trabalhador viver.

3º Dar maior elasticidade ao horário de trabalho, de modo que, sempre que possível, o aumento de salários neste período excepcional seja compensado com aumento de trabalho, se o não puder ser por força de melhor apetrechamento ou organização da empresa e do mercado.

4º Estabelecer o regime do subsídio familiar, embora a princípio com a prudência necessária à consolidação e ulterior extensão do sistema.

Considero-me feliz se este vosso apelo vos permitiu verificar que as dificuldades e preocupações que sentem os dirigentes sindicais, por si e pelos seus agremiados, me são a cada momento presentes. O Governo não tem a menos dúvida sobre a bondade dos princípios da organização corporativa nem desiste de realizar integralmente a revolução económica e social que nela se contém, apesar das limitações que lhe advêm dos possíveis desvios dos homens e da adversidade dos tempos. Entende que a obra realizada é garantia do muito que há ainda a fazer, e para cuja realização conta com a vossa dedicação e o entusiasmo de quantos têm confiado na justiça do Estado Corporativo e se têm dedicado cegamente, inteiramente, de corpo e alma, sem contar esforços nem sacrifícios, à construção da cidade futura – a Pátria que é a terra, o lar de seus filhos.

(Discursos, volume 3º, pág. 355, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 374, 375 e 376).

Discurso em S. Bento, na sala dos Passos Perdidos, em 29 de Julho, ao agradecer a mensagem dos dirigentes dos Sindicatos Nacionais:

Agradeço do fundo da alma as palavras que acabais de dirigir-me nesta mensagem, o sacrifício que para alguns representa vir e estar aqui e sobretudo a ideia de me considerardes sócio dos vossos Sindicatos. Entendo que estais neles com a convicção profunda de trabalhar numa grande obra de transformação económica e social, e que a organização é a casa, a alma, o centro da vossa profissão. Quer dizer que me destes e trazeis neste dia o mais e melhor que me podeis dar. Sou, felizmente, também trabalhador e um trabalhador que só conhece ao trabalho o limite da própria resistência física: sei por consequência o amor que se deve ter ao título; acreditai que o aprecio. Ter-me feito sócio dos vossos Sindicatos é de algum modo ter-me mais perto de todos e, se isso não era preciso para me encorajar a servir a causa comum, dá-me mais, a mim e a vós, a sensação da presença e da companhia.

Isso aumenta a minha fé na vitória final, que é a nossa vitória, mas é acima de tudo a vitória da Nação.

(Discursos, volume 3º, pág. 379 e 380).

1943 – Discurso na Emissora Nacional, em 27 de Abril, fazendo o ponto da situação “Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional”:

... Ora o período de 1928 até hoje pode ser caracterizado pela gestação político-militar da maior guerra que o mundo viu, enxertada na maior crise que os economistas anotaram em todos os tempos. Em quinze anos, quatro derrocadas económicas e financeiras, três de guerra na Península, que nos cortou da Europa por terra, quatro de conflagração, que a bem dizer nos tem separado do resto do mundo por mar. Sobre as economias empobrecidas pela crise tiveram de erguer-se as economias fechadas pelo bloqueio; sobre as moedas debilitadas se lançaram os desequilíbrios das balanças de pagamentos ingurgitados pelos abastecimentos militares; sobre as finanças, que mal aguentavam os déficits do tempo de paz, carregam as astronómicas despesas do tempo de guerra. E o grande abalo não se repercutiu apenas nas coisas materiais que se reparam, ou renovam, ou reconstituem, mas em conceitos básicos de ordem política e moral. Tudo parece ter estado sujeito a revisão – promessas e tratados, interesses e amizades, fronteiras e soberanias, regras de vida internacional, o próprio direito de viver. E a angústia da humanidade que não pode viver sem arrimos sólidos de certeza moral juntou-se por toda a parte às insuficiências económicas, filhas da guerra ou do seu receio.

Estes traços largos vêm aqui sem o intento de diminuir responsabilidades, mas como exigência da exactidão histórica ao situar no tempo os acontecimentos políticos.

... Vou terminar e sinto ter de dizer, antes de concluir, algumas palavras desagradáveis e duras.

O Governo tem e eu pessoalmente tenho também grandes responsabilidades na falta de preparação do espírito público para as dificuldades inevitáveis e os sacrifícios impostos pela guerra. Para poupar o mais possível a Nação na sua vida normal, não se seguiu o critério, por outros adoptado, do permanente estado de alarme. Porventura se lhe deviam ter feito em minúcia as dificuldades políticas e económicas que a cada momento se têm de vencer, os atritos, as discussões, os riscos que corre a nossa neutralidade, a crise permanente da paz nos que ainda a conservam. Daqui vem que o português está mimoso deste tratamento paternal, se mostra insofrido, despreocupado, pouco compreensivo. O Governo não se irrita se pobre gente que precisa absolutamente de um pouco de carvão ou de azeite se lastima de o não ter ou do tempo que perde para consegui-lo. Mas não pode desculpar àqueles a quem não falta o indispensável a sua intolerância, porque nem sempre obtém aquilo de que aliás em boa consciência não precisam. A nossa atitude digna perante a imensa desgraça da guerra, os milhões de seres que morrem de fome, de miséria e de dor, não é um vago sentimento ou palavra de comiseração, deixada cair com indiferença real, mas a modéstia, a renúncia, a paciência que ao menos traduzam, na falta de auxílios por vezes impossíveis, a verdade de uma comunhão ou ambiente moral. Como está longe destes sentimentos o egoísmo calculista e ganancioso que pode iludir a lei para meter em cofre a miséria alheia!

Outro ponto. A crise do mundo não é imagem literária; a sua gravidade e profundidade, a sua extensão, os interesses e conceitos que estão em jogo fazem tremer nos alicerces as nações e os impérios mais bem constituídos. Repito uma frase de há pouco: nós não estamos em luta mas estamos na guerra, como os outros. Enquanto o Exército que fez a Revolução ocupa os postos que lhe foram indicados, a Nação tem o dever de mostrar a sua unidade, força e coesão, numa palavra, plena consciência nacional. Devo louvá-la por essa atitude sem prejuízo de censurar alguns portugueses que de uma ou outra forma trabalham por destruir a armadura moral do País, quando se sabe ser esta um dos maiores factores da nossa defesa. Alguns alimentam a sua actividade de esperanças que ninguém lhes realizará; outros procuram justificar-se com a sua discordância da política seguida, como se, fora dos ignorantes ou irresponsáveis que não têm elementos para julgar, alguém possa supor que ela podia ou devia ser diferente do que até ao presente tem sido, na defesa do mais bem compreendido interesse nacional. Sabemos que outras grandes crises europeias ameaçaram semelhantemente dividir-nos à volta de interesses estranhos; mas agora o Governo não pode ser acusado nem de falta de lealdade, nem mesmo de esquecer deveres especiais de fidelidade a relações criadas por séculos de interesses comuns; o que tem procurado ao mesmo tempo é ser digno, embora dentro daquela larga e condescendente benevolência que é a atitude dos amigos, ainda quando não são mais fracos. Que entre nós alguns estrangeiros se queixem, admitte-se por mal habituados, que portugueses também nos ataquem, isso só quer dizer que a sua medida de dignidade patriótica não é a nossa. A nossa tomámo-la daqueles portugueses que valiam mais do que valemos e fizeram uma História e criaram uma Nação que somos obrigados, mesmo contra alguns, a respeitar e a defender.

(Discursos, volume 3º, pág. 385, 386, 413, 414 e 415).